

RECURSO ESPECIAL Nº 1.577.102 - RS (2016/0004242-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : HELI DA SILVA SCHNEIDER
ADVOGADO : ISAC CIPRIANO PASQUALOTTO E OUTRO(S) - RS038872

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, em 09/09/2015, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUXÍLIO-DOENÇA. REQUISITOS. QUALIDADE DE SEGURADO. PERÍODO DE CARÊNCIA. INCAPACIDADE. LAUDO PERICIAL. TUTELA ESPECÍFICA. IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.

1. São três os requisitos para a concessão dos benefícios por incapacidade: a) a qualidade de segurado; b) o cumprimento do período de carência de 12 contribuições mensais; c) a incapacidade para o trabalho, de caráter permanente (aposentadoria por invalidez) ou temporária (auxílio-doença).

2. A concessão dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez pressupõe a averiguação da incapacidade para o exercício de atividade que garanta a subsistência do segurado, e terá vigência enquanto permanecer ele em tal condição.

3. A incapacidade é verificada mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social; o julgador, via de regra, firma sua convicção com base no laudo do expert, embora não esteja jungido à sua literalidade, sendo-lhe facultada ampla e livre avaliação da prova. Na hipótese vertente, face à comprovação de incapacidade permanente da parte autora, procede o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez.

4. O cumprimento imediato da tutela específica (ou seja, a de concessão do benefício), diversamente do que ocorre no tocante à antecipação de tutela prevista no art. 273 do CPC, independe de requerimento expresso por parte do segurado ou beneficiário e o seu deferimento sustenta-se na eficácia mandamental dos provimentos fundados no art. 461 do CPC.

5. A determinação de implantação imediata do benefício, com fundamento nos artigos 461 e 475-I, caput, do CPC, não configura violação dos artigos 128 e 475-O, I, do CPC e 37 da Constituição Federal.

6. Havendo o feito tramitado perante a Justiça Estadual do Rio

Grande do Sul, o INSS está isento do pagamento de custas, consoante o disposto no art. 11 da Lei Estadual n. 8.121/85, na redação dada pela Lei n. 13.471, de 23 de junho de 2010.

7. Declarada pelo Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/2009, os consectários legais comportam a incidência de juros moratórios equivalentes aos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicáveis à caderneta de poupança (STJ, REsp 1.270.439/PR, 1ª Seção, Relator Ministro Castro Meira, 26/06/2013) e correção monetária pelo INPC e demais índices oficiais consagrados pela jurisprudência.

8. No caso dos autos, considerando que o magistrado *a quo* possui melhores condições de apreciar equitativamente, no caso concreto, os critérios previstos no parágrafo 3º do art. 20 do CPC (o grau de zelo profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço), entendo deva ser mantida a fixação dos honorários sucumbenciais no valor de 15% sobre as parcelas vencidas até a data da sentença de procedência" (fls. 204/205e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 207/212e), os quais restaram rejeitados, dando, no entanto, por prequestionadas as questões abordadas no feito, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA DE QUALQUER DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DE ACLARATÓRIOS. PREQUESTIONAMENTO.

1. Os embargos de declaração são destinados a complementar o julgamento da ação, quando da existência de obscuridade, omissão ou contradição. Não tendo ocorrido nenhuma destas hipóteses é de ser rejeitado o recurso.

2. Os declaratórios não se prestam a rediscutir o mérito da causa.

3. Tendo o aresto embargado enfrentado e resolvido a questão devolvida, carecem de consistência as alegativas alardeadas.

4. Sendo a missão constitucional da jurisdição recursal extraordinária julgar as causas decididas em única ou última instância (art. 102, III e 105, III, ambos da Carta da República), a só referência a normas legais ou constitucionais, dando-as por prequestionadas, não significa decisão a respeito dos temas propostos; imprescindível que as teses desenvolvidas pelas partes, e importantes ao deslinde da causa, sejam dissecadas no julgamento, com o perfilhamento de posição clara e expressa sobre a pretensão deduzida.

5. De qualquer modo, inclusive para fins de possibilitar o acesso das partes às Instâncias Superiores, é de dar-se por prequestionada a matéria versada nos autos" (fl. 217e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação ao art. 15, § 2º, da Lei 8.213/91 sustentando que:

"O cerne da controvérsia diz respeito à qualidade de segurado. De acordo com a Lei de Benefícios, o beneficiário do Regime de Previdência Social perde a qualidade de segurado 12 meses após a cessação das contribuições, se deixar de exercer atividade abrangida pela previdência social. Tal prazo é prorrogado para 24 meses se o segurado verter mais de 120 contribuições mensais e por mais doze meses, se comprovada a condição de desempregado, nos termos do artigo 15 da Lei 8.213/91:

Art. 15. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:

I - sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício;

II - até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração;

(...)

§ 1º O prazo do inciso II será prorrogado para até 24 (vinte e quatro) meses se o segurado já tiver pago mais de 120 (cento e vinte) contribuições mensais sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado.

§ 2º Os prazos do inciso II ou do § 1º serão acrescidos de 12 (doze) meses para o segurado desempregado, desde que comprovada essa situação pelo registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

§ 3º Durante os prazos deste artigo, o segurado conserva todos os seus direitos perante a Previdência Social.

§ 4º A perda da qualidade de segurado ocorrerá no dia seguinte ao do término do prazo fixado no Plano de Custeio da Seguridade Social para recolhimento da contribuição referente ao mês imediatamente posterior ao do final dos prazos fixados neste artigo e seus parágrafos.(grifamos)

Contudo, apesar do disposto no artigo transcrito acima, a C. Turma do TRF4 entendeu que não é necessário o registro no órgão do Ministério do Trabalho e da Previdência Social para que o prazo de manutenção da qualidade de segurado, por aplicação do art. 15 da Lei de benefícios, seja prorrogado em razão do segurado estar supostamente desempregado.

Conforme consta no v. aresto recorrido, o período de graça restou

estendido em virtude da "suposta" condição de desempregada da parte autora, embora tal situação não esteja comprovada pelo registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Com a devida vênia, foi dada aplicação incorreta ao artigo em questão, que exige explicitamente a prova do desemprego através de registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

Destaca-se, por fim, que a jurisprudência do STJ não reconhece a condição de desempregado do segurado, para fins de ampliação do período de graça previsto no art. 15 da Lei 8213/91, se inexistente o registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, como se infere dos seguintes julgados:

(...)

Merece, portanto, reforma o v. aresto recorrido para que seja afastado o reconhecimento da qualidade de segurado do autor dada a ausência de comprovação da situação de desemprego, nos termos do art. 15 da Lei de Benefícios.

Da divergência jurisprudencial - Recurso Especial 627.661/RS O julgado merece reforma, ainda, por divergir frontalmente da orientação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) adotada no RESP 627.661/RS (Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, Revista Eletrônica de Jurisprudência, inteiro teor em anexo), que tratava de situação idêntica ao caso tratado nestes autos, conforme se passa a demonstrar.

(...)

(...) (fls. 221/227e).

Por fim, requer "seu regular processamento, para que seja reformada a decisão recorrida, para que seja julgado improcedente o pedido da autora, reconhecendo a perda da qualidade de segurado. Se assim não entender a C. Turma, o INSS requer a anulação da decisão que rejeitou os embargos de declaração, por afronta ao artigo 535, do CPC, para que o Tribunal Regional profira outra, suprimindo a omissão sobre a matéria federal que embasa a tese do recorrente" (fl. 227e).

Contrarrazões a fls. 229/231e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 235e).

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de Ação ordinária ajuizada pela parte ora recorrida, com o objetivo de restabelecer benefício de auxílio-doença e sua conversão em aposentadoria por invalidez.

Julgada procedente a demanda, recorreu o réu, restando parcialmente reformada a sentença, pelo Tribunal local, somente para afastar a condenação da Autarquia em custas processuais e adaptar o julgado ao entendimento do Supremo Tribunal Federal no que pertine aos consectários legais.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, por simples cotejo entre as razões do Recurso Especial e os fundamentos do acórdão recorrido, observa-se que a tese recursal contida no art. 15, § 2º, da Lei 8.213/91, sequer implicitamente, foi apreciada pelo Tribunal de origem, não obstante terem sido opostos Embargos de Declaração, para tal fim.

Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o Recurso Especial, no ponto, incidindo o teor da Súmula 211 do STJ ("inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição dos embargos declaratórios, não foi apreciado pelo Tribunal *a quo*").

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. COMISSÃO DE CORRETAGEM. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. REEXAME DE PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos declaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça.

(...)

6. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.172.051/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Acrescente-se que, se a parte recorrente entendesse persistir algum vício no acórdão impugnado, imprescindível a alegação de violação ao art. 535 do CPC/73, por ocasião da interposição do Recurso Especial, sob pena de incidir no intransponível óbice da ausência de prequestionamento.

Assim, à minguada de prequestionamento, inviável a apreciação da aludida tese recursal.

Ainda que possível fosse ultrapassar o óbice supra, melhor sorte não

assistiria a parte recorrente.

Com efeito, a Corte de origem, ao analisar a controvérsia, asseverou que:

"Dos requisitos para a concessão do benefício

A concessão de benefícios por incapacidade laboral está prevista nos artigos 42 e 59 da Lei 8.213/91, *verbis*:

Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insuceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.

Art. 59. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 dias consecutivos.

Extrai-se, da leitura dos dispositivos acima transcritos, que são três os requisitos para a **concessão dos benefícios por incapacidade: a) a qualidade de segurado; b) o cumprimento do período de carência de 12 contribuições mensais; c) a incapacidade para o trabalho, de caráter permanente (aposentadoria por invalidez) ou temporária (auxílio-doença).**

No caso de segurados especiais, definidos no art. 11, VII, da Lei 8.213/91, não há obrigatoriedade de preenchimento do requisito carência propriamente dito como referido acima, **sendo necessária a comprovação de atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, mesmo que de forma descontínua, conforme disposto no art. 39 da Lei 8.213/91, in verbis**:

Art. 39. Para os segurados especiais, referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, fica garantida a concessão:

I - de aposentadoria por idade ou por invalidez, de auxílio-doença, de auxílio-reclusão ou de pensão, no valor de 1 (um) salário mínimo, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período, imediatamente anterior ao requerimento do benefício, igual ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido;(...)

(...)

Do caso concreto

Quanto à qualidade de segurado e ao cumprimento do período de carência bem deslinda a questão o MM Juízo *a quo*:

"A qualidade de segurado e a carência encontram-se comprovadas nos autos, conforme se infere do teor dos documentos de fls. 14 e 34. Saliente-se que para fins de benefício, ainda que autora estivesse desempregada, tal fato não pode vir em seu prejuízo, vez que até a data em que surgiu a moléstia, em 2012, a autora ainda estava no período de graça, dado o tempo de contribuição.

In casu, porém, não se pode olvidar que ela passou a desenvolver atividades agrícolas, e para fins de comprovação, há necessidade de interpretação do disposto no § 3º do artigo 55 da Lei nº 8.213/91 (com a redação da Lei nº 8.870/94), no que diz respeito à imposição de "início de prova material", considerando também o rol de documentos discriminados no parágrafo único do artigo 106 da mesma Lei.

A enumeração de documentos prevista no artigo 106 da Lei nº 8.213/91 não é exaustiva, sendo válidos como prova os assentos em registros e documentos afins, conforme assentada jurisprudência. Nesse passo, a autora apresenta como prova material notas fiscais de produtor rural (fls. 36/44), os quais servem como prova de sua qualidade de agricultora. No que tange à carência, neste caso, é dispensada pela lei." (fls. 94/95).

Verifico que, no laudo pericial (fls. 87/88), o experto concluiu que a segurada (60 anos de idade, portadora de doença ósseo muscular com alta limitação às atividades físicas) apresenta incapacidade laboral permanente de natureza multiprofissional. O MM Juiz *a quo* aponta que, tendo em vista as provas dos autos e o exame pericial, **é de considerar-se a data da suspensão do benefício de auxílio-doença que a demandante então percebia (21/05/2012) como dies a quo para a concessão da aposentadoria por invalidez. De fato, os documentos, a fls. 17/24, bem como o laudo pericial, demonstram que andou bem o Ilustre Magistrado ao adotar tal data. Confirmado o período de carência e a qualidade de segurado, presente a incapacidade, e sendo essa permanente, faz jus a autora ao benefício de aposentadoria por invalidez.**

Ressalto, por necessário, que, no momento, a requerente conta com 60 anos de idade, com poucas luzes, afeita ao serviço meramente braçal. Tem esta Turma, iterativamente, entendido que não está o juiz jungido à literalidade do laudo pericial, sendo-lhe facultada ampla e livre avaliação da prova. Em casos que tais, onde o quadro

evidentemente revela uma impossibilidade de concorrer no mercado de trabalho, que se mostra evidentíssima a evolução da moléstia com o advir da idade, é de deferir-se o benefício de aposentadoria por invalidez.

Assim, tenho que deve ser mantida a sentença" (fls. 193/195e).

Entretanto, tais fundamentos não foram impugnados pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. **A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**

4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.

5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES

Relatora

